



DELEGADO DE POLÍCIA DE 3ª CLASSE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS

PROVA OBJETIVA

Domingo, 6 de julho de 2003

**Só abra este caderno quando o fiscal autorizar.
Leia atentamente as instruções abaixo.**

1. Este caderno de provas é composto de **100 questões**. Confira-o todo e solicite sua substituição, caso apresente falha de impressão ou esteja incompleto.
2. Leia cuidadosamente cada questão da prova, antes de respondê-la.
3. No cartão-resposta, preencha, com caneta esferográfica **preta**, o alvéolo correspondente à alternativa escolhida para cada questão.
4. A resposta não será considerada se:
 - houver marcação de duas ou mais alternativas;
 - o alvéolo correspondente à alternativa escolhida não estiver completamente preenchido;
 - forem ultrapassados os limites do alvéolo a ser preenchido.
5. Durante as provas, o(a) candidato(a) não deverá levantar-se sem prévia autorização ou comunicar-se com outros(as) candidatos(as).
6. Não é permitida qualquer consulta durante a realização da prova.
7. O cartão-resposta é o único instrumento de aferição de nota e é insubstituível. Não pode, pois, ser rasurado ou amassado.
8. Encontra-se, no final deste caderno, o **Formulário de Investigação Criminal**, indispensável no caso de classificação para a Etapa II.

OBSERVAÇÕES: - Os fiscais não estão autorizados a fornecer informações acerca desta prova.
- Se desejar, o(a) candidato(a) poderá utilizar a folha intermediária de respostas, na 3ª capa, para registrar as alternativas escolhidas.

Identificação do candidato

Questão 1

A exigência de determinação, no que se refere não só à descrição das condutas delitivas, mas também à fixação dos marcos penais,

- a) é garantia de caráter absoluto, que justifica a escolha do Legislativo como único detentor do poder normativo em sede penal no assunto, por legitimação democrática, fazendo que o seu exercício não seja arbitrário.
- b) permite a retroatividade da lei penal posterior, quando beneficia o agente causador da conduta e ainda não exista sentença penal condenatória transitada em julgado.
- c) é garantia máxima para o indivíduo de que a lei formal é fonte criadora de crime e de penas, permitindo, entretanto, a utilização em seu lugar de outro ato normativo quanto às causas agravantes ou às medidas de segurança.
- d) atende ao Princípio da Intervenção Mínima e da Fragmentalidade, de modo que a lei penal só deve intervir como *ultima ratio*.

Questão 2

Quanto à determinação do momento da prática delitiva *tempus delicti*, adota-se, no sistema penal brasileiro, a teoria

- a) da atividade ou da ação, respeitados os crimes omissivos.
- b) de que nos crimes permanentes permite que a conduta se protraia no tempo pela vontade do agente, e o tempo do crime é o de sua duração.
- c) do resultado ou do evento, respeitados os crimes omissivos impróprios.
- d) mista ou unitária, sendo tanto a da ação como a do resultado.

Questão 3

Considere as proposições abaixo:

O Direito Penal brasileiro adota, quanto à classificação das infrações penais, a divisão

- I. tripartida, em crimes, delitos e contravenções, sendo a diferença apenas quantitativa (gravidade da conduta/pena).
- II. bipartida, em crimes, delitos ou contravenções, sendo a diferença apenas quantitativa (gravidade da conduta/pena).
- III. bipartida, em crimes ou delitos e contravenções, sendo a diferença apenas quanto à gravidade da conduta e à natureza da sanção.
- IV. que distingue os crimes em punidos quantitativamente com pena privativa de liberdade, restritiva de direitos e multa.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) As proposições I e II são verdadeiras.
- b) As proposições I e IV são verdadeiras.
- c) As proposições II e III são verdadeiras.
- d) As proposições III e IV são verdadeiras.

Questão 4

O motorista que, abordado em via pública pelo agente da autoridade policial, exhibe carteira de habilitação para dirigir veículo, que sabe ser falsificada,

- a) pratica o crime de uso de documento falso (art. 304, CP) somente se lhe foi exigida a exibição da carteira.
- b) pratica o crime previsto no art. 309 da Lei n. 9.503/97-CTB, ou seja, dirigir veículo automotor em via pública sem a devida habilitação, considerando que sua carteira é falsa.
- c) pratica crime progressivo ou de passagem, que, segundo a doutrina, quando praticado contra um mesmo bem jurídico, passando-se do menos grave para o mais grave, responde apenas pelo de maior gravidade.
- d) pratica fato atípico, pois trata-se de falsidade grosseira, capaz de enganar apenas o homem comum e, em primeiro momento, o policial, não resistindo ao exame pericial.

Questão 5

Em relação à menoridade penal (art. 27, CP), considere as seguintes proposições:

- I. O sistema penal brasileiro adota como regra, em caráter absoluto, o critério puramente biológico para efeito da imputabilidade penal.
- II. Embora o fato seja típico, antijurídico e culpável, se o agente pratica o ato punível no dia em que completa a idade de 18 anos não poderá sofrer sanção penal, uma vez que ainda não tinha imputabilidade penal no dia do seu cometimento.
- III. Para efeito de caracterização do crime de quadrilha (art. 288, CP), é irrelevante que, do bando de quatro elementos, três não tenham alcançado maioridade penal.
- IV. Incorre em infração penal prevista na Lei n. 8.069/90-ECA, com a aplicação da pena pecuniária, a autoridade policial ou judicial que divulga, total ou parcialmente, sem a autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial relativo a criança e adolescente.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) As proposições I e II são verdadeiras.
- b) As proposições I e III são verdadeiras.
- c) As proposições I e IV são verdadeiras.
- d) As proposições II e IV são verdadeiras.

Questão 6

Tício, jovem estudante de 19 anos, com o auxílio de dois amigos, planeja forçar Mélvio, seu genitor, a lhe entregar a quantia de 230 mil reais em dinheiro, mediante a ameaça de seqüestrar um de seus filhos. Ao colocarem o plano em ação, após dois dias de ameaças, um dos amigos de Tício foi identificado. Preso, ele revela os nomes dos demais participantes.

Analise o caso à luz do direito penal e marque a alternativa CORRETA:

- a) A autoridade policial não irá instaurar inquérito policial em desfavor de Tício, pois incorrerá em ausência de justa causa, em face da imunidade absoluta de que gozam os ascendentes e descendentes no cometimento de crimes contra o patrimônio (art. 181, inc. II, CP).
- b) Tício e seus amigos responderão, em co-autoria, pelo crime de extorsão, qualificada pela presença de duas ou mais pessoas, conforme previsto no art. 158, § 1º, CP.
- c) A autoridade policial só poderá instaurar o inquérito mediante a representação de Mélvio, pai de Tício, pois a ação penal é pública condicionada.
- d) Trata-se, no caso, de imunidade absoluta, denominada escusas absolutórias, que beneficia somente o agente descendente da vítima (Tício), respondendo os demais pela prática do crime cometido.

Questão 7

A autoridade responsável por uma delegacia de polícia que deixar de comunicar imediatamente ao juiz competente a prisão ou a detenção de um conhecido meliante, comete

- a) apenas infração administrativa, sujeita a sanção de advertência, repreensão e suspensão do cargo, entre outras sanções, de acordo com a gravidade do que for apurado.
- b) além de infração administrativa, crime de prevaricação, previsto no art. 319 do CP.
- c) crime previsto na lei de abuso de autoridade, pois cabe à autoridade responsável pela delegacia de polícia, ainda que transitoriamente, comunicar imediatamente ao juiz a prisão de qualquer pessoa.
- d) crime de mão própria, previsto na lei de abuso de autoridade, sendo da competência da autoridade policial efetuar o comunicado nos casos de prisão em flagrante, sem prejuízo de sua apuração cível.

Questão 8

Considere os itens abaixo.

Constituem crimes contra as relações de consumo, sem prejuízo do que dispõe o Código Penal e as leis especiais,

- I. omitir dizeres ou sinais ostensivos sobre a periculosidade do produto nas embalagens, recipientes ou publicidade, devendo entretanto ficar evidenciado o dolo, ainda que eventual e ocorrer efetivamente o perigo.
- II. fazer afirmação falsa ou enganosa, ou omitir informação relevante sobre a natureza, característica, qualidade, quantidade, durabilidade do produto, sendo o crime punido na modalidade dolosa ou culposa.
- III. fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser enganosa ou abusiva, independentemente do resultado prático que tal afirmação venha a acarretar.
- IV. omitir, em documento público ou particular, declaração que dele deveria constar, ou nele inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) Os itens I e II são verdadeiros.
- b) Os itens I e III são verdadeiros.
- c) Os itens II e III são verdadeiros.
- d) Os itens III e IV são verdadeiros.

Questão 9

Considere os itens abaixo.

ANTI JURIDICIDADE: “É a violação da ordem jurídica em seu conjunto, mediante a realização do tipo”, sendo consagrado na doutrina o entendimento de que

- I. sob o aspecto formal, surge em decorrência da transgressão da norma, que acaba por lesar ou colocar em perigo bens jurídicos por ela protegidos.
- II. sob o aspecto material, é a contradição entre o comportamento do agente e a norma penal.
- III. ilicitude e injusto não provêm da mesma noção, sendo a primeira a relação de oposição da conduta do autor com a norma jurídica, e a segunda, a própria ação valorada como ilícita.
- IV. toda ação compreendida em um tipo de injusto (doloso ou culposos) será ilícita se não estiver presente uma causa de justificação.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) Os itens I e IV são verdadeiros.
- b) Os itens II e III são verdadeiros.
- c) Os itens II e IV são verdadeiros.
- d) Os itens III e IV são verdadeiros.

Questão 10

Em relação à Lei n. 6.368/76 (Lei de Tóxico), analise as seguintes proposições:

- I. As normas incriminadoras são tipos penais abertos, permitindo interpretação extensiva.
- II. A lei incrimina a violação do sigilo assegurado aos autos de inquérito policial instaurado para apurar os crimes nela definidos.
- III. A Lei n. 10.409, de 11 de janeiro de 2002, modificou a Lei de Tóxico e estabeleceu novos tipos penais, modificando os delitos ali previstos.
- IV. Em face da nova lei, é passível de expulsão, na forma da legislação específica, o estrangeiro condenado pela prática do crime previsto no art. 16 da Lei de Tóxico, após cumprida a pena, salvo se houver interesse nacional na sua expulsão imediata.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as proposições I e II são verdadeiras.
- b) Apenas as proposições I e IV são verdadeiras.
- c) Apenas as proposições II e III são verdadeiras.
- d) Apenas as proposições II e IV são verdadeiras.

Questão 11

Xisto, jovem diretor de uma conhecida empresa na capital, convida reiteradamente Melissa, sua secretária, para jantarem juntos e se conhecerem intimamente em seu apartamento. Apesar de o diretor ser solteiro, tais convites vêm causando constrangimento à moça, a ponto de tolher sua liberdade de movimentação na sala em que trabalha.

Analise a conduta de Xisto, à luz do Código Penal e marque a alternativa CORRETA:

- a) Configura crime de assédio sexual, sendo um crime bipróprio, permitindo inclusive a forma tentada, embora rara.
- b) É atípica, pois o crime de assédio sexual ainda não se encontra previsto no ordenamento jurídico brasileiro.
- c) Não configura qualquer espécie de crime, pois quer apenas ser gentil com a sua secretária.
- d) Configura crime de assédio sexual, sendo crime bipróprio, tendo como objeto jurídico a liberdade individual, permitindo a forma tentada, embora rara.

Questão 12

Uma autoridade policial que aceitou considerável quantia em dinheiro como recompensa para concluir as investigações policiais relacionadas ao crime de roubo qualificado praticado na fazenda de um rico empresário paulista,

- a) cometeu crime de corrupção passiva imprópria.
- b) cometeu crime de concussão.
- c) não cometeu crime algum, pois a recompensa não foi solicitada.
- d) cometeu crime de corrupção passiva própria, sem prejuízo de que o empresário também responda pelo crime de corrupção ativa.

Espaço para rascunho

Questão 13

Por meio de denúncia anônima, a autoridade policial foi informada que, em uma firma de transportes, está sendo reproduzido um número variado de programas de computador (*softwares*) de propriedade de uma empresa particular, para fins de comercialização.

Com base na informação anterior, marque a alternativa CORRETA:

- a) Trata-se de crime de violação de direito autoral, plurissubsistente, porém não se admite fracionamento.
- b) Trata-se de crime, cujo objeto jurídico é a propriedade intelectual, exigindo representação para a instauração dos atos de investigação na delegacia.
- c) Trata-se de crime previsto em lei especial, sendo considerado de menor potencial ofensivo, podendo sua apuração ser simples, por mero termo circunstanciado de ocorrência.
- d) Trata-se de crime que deixa vestígios, sendo dispensável a realização de perícia técnica quando evidente a reprodução enunciada.

Questão 14

Em relação às causas de extinção de punibilidade previstas na lei penal e de acordo com a posição assumida pelo STF, é CORRETO afirmar que

- a) a perempção ocorre nos crimes de ação exclusivamente privada e, excepcionalmente, nas ações privadas subsidiárias.
- b) a perempção ocorre na falta de pedido formal e expresso de condenação nas alegações finais por parte do titular da ação penal, não bastando ficar demonstrada a sua mera intenção.
- c) o perdão judicial alcança apenas a pena principal e acessória, não se estendendo à medida de segurança.
- d) a prescrição retroativa permite a retroação do prazo prescricional à data do crime, observada a pena em concreto, tratando-se, porém, de prescrição da pretensão punitiva.

Questão 15

Tício possui arma de fogo em sua residência, com porte e registro. Em uma noite de festas com familiares, dispara vários tiros do seu quintal, assustando os vizinhos, apesar de ter direcionado a arma para um terreno baldio.

Tendo em vista o fato relatado, considere as seguintes proposições:

- I. Tício não praticou efetivamente nenhuma infração penal grave, pois não colocou em risco a vida ou a integridade corporal de nenhum dos vizinhos.
- II. Tício praticou a contravenção penal prevista no Decreto-Lei n. 3.688/41 (art. 28), uma vez que o disparo de arma de fogo ocorreu em local impróprio.
- III. Tício praticou o crime de disparo de arma de fogo, considerado crime de perigo abstrato, que independe de comprovação.
- IV. Tício praticou ato delituoso previsto em lei especial, não exigindo como elemento normativo do tipo a comprovação do perigo ou a legalidade para o uso e a posse da arma.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) As proposições I e II são verdadeiras.
- b) As proposições I e IV são verdadeiras.
- c) As proposições II e IV são verdadeiras.
- d) As proposições III e IV são verdadeiras.

Questão 16

Considere os itens abaixo:

A imputabilidade penal é a plena capacidade de querer, de entender e, por conseguinte, de responder pela infração penal cometida. Assim, no direito positivo brasileiro,

- I. a teoria limitada da culpabilidade disciplina várias espécies de erro, com a exclusão do erro de tipo *permissivo*.
- II. a teoria da culpabilidade é integrada pela consciência da ilicitude, fazendo a distinção entre erro de proibição direto e indireto.
- III. o erro de tipo exclui o dolo, permitindo, entretanto, a punição por crime culposos.
- IV. o erro de tipo acidental é relativo a elementos do tipo objetivo.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) Os itens I e II são verdadeiros.
- b) Os itens I e III são verdadeiros.
- c) Os itens II e III são verdadeiros.
- d) Os itens II e IV são verdadeiros.

Questão 17

O Código Penal brasileiro disciplina o concurso de pessoas e adota como princípio

- a) a teoria unitária ou igualitária, não fazendo qualquer distinção entre autor, co-autor e partícipe, pois todos os que concorrem para o crime são autores e recebem a mesma sanção penal.
- b) a teoria unitária, ainda que a autoria seja incerta, considerando que todos que corroboraram para o resultado respondem por ele (concurso eventual), que se distingue do concurso necessário, elementar nos crimes plurissubjetivos.
- c) a teoria monística ou unitária temperada, já que estabelece certos graus de participação, considerando cada partícipe de forma autônoma como autor, ou seja, aos diversos autores, diversos delitos.
- d) a teoria dualística, havendo dois delitos: um para os autores, que realizam a atividade principal, e outro para os partícipes, que desenvolvem as atividades secundárias.

Espaço para rascunho

Para responder às questões de nº 18 a 21, considere a Portaria abaixo.

DELEGACIA DE POLÍCIA DE GOIÂNIA-GO

PORTARIA

Neste dia 5 de junho de 2003 (quinta-feira), assistindo a um programa de televisão, precisamente o programa “Nem Tudo É Felicidade”, da TV Sangrenta, que foi ao ar entre 8 e 10 horas, pude verificar, pela exibição de uma reportagem, que no dia 2 de maio do corrente ano, por volta de 22 horas, na Avenida Rugosa, cidade de Goiânia–GO, o empresário Tenório foi vítima de extorsão mediante seqüestro praticado por Extorcionildo Galho Filho e Partícipe Concorde Júnior, sem outros dados de qualificação, permanecendo em cativo durante doze dias, somente sendo libertado depois de demorada negociação e do pagamento da importância de R\$ 380.000,00.

Diante do fato e da infringência, em tese, do art. 159 do Código Penal brasileiro, determino:

a) a imediata instauração de inquérito policial para a regular apuração do fato, providenciando o Senhor Escrivão o que de direito, inclusive a atuação desta;

b) juntada aos autos do ofício a ser expedido à rede de televisão requisitando cópia em videoteipe do programa exibido no horário das 8 às 10 horas, do dia 5 de junho de 2003;

c) notificação de Tenório, Extorcionildo Galho Filho e Partícipe Concorde Júnior, para serem ouvidos nesta delegacia de polícia.

Autuada esta, com regular instauração e registro do inquérito policial, voltem-me os autos conclusos para ulteriores deliberações.

CUMPRASE.

Goiânia–GO, 5 de junho de 2003.

Delegado(a) de Polícia

Questão 18

Doutrinariamente, pode-se afirmar que a Portaria acima, baixada diante de *notitia criminis*, pela autoridade policial, decorreu da chamada

- a) cognição imediata.
- b) cognição mediata.
- c) cognição coercitiva.
- d) cognição indireta.

Questão 19

Caso Tenório recuse-se a comparecer em dia e hora marcados para sua oitiva na delegacia de polícia, a autoridade policial

- a) poderá dispensá-lo de prestar declarações, não devendo determinar sua condução coercitiva, uma vez que ele é considerado vítima do suposto crime.
- b) poderá determinar sua condução coercitiva.
- c) deverá limitar-se a efetuar diversas notificações a Tenório, até que este compareça.
- d) deverá limitar-se a certificar o fato no inquérito policial, representando ao juízo.

Questão 20

De acordo com o Código de Processo Penal, sendo o fato de difícil elucidação, estando Extorcionido e Partícipe soltos, a autoridade policial poderá requerer ao juiz a devolução dos autos para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo

- a) de trinta dias, conforme previsão expressa na lei.
- b) de dez dias, conforme previsão legal.
- c) a ser marcado pelo juiz.
- d) de quinze dias, conforme previsão legal.

Questão 21

Caso a autoridade policial verifique, depois de instaurado o inquérito policial, que não houve crime, deverá

- a) mandar arquivar os autos de inquérito.
- b) encaminhar o inquérito ao superior hierárquico, propondo seu arquivamento.
- c) encaminhar os autos ao Ministério Público para arquivamento.
- d) relatar o fato, sugerindo o arquivamento do inquérito, e encaminhá-lo ao juízo.

Questão 22

Com relação à busca e apreensão, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) As buscas e apreensões podem ser realizadas antes da instauração do inquérito, durante a sua elaboração, no curso da instrução criminal e até mesmo na fase da execução penal.
- b) Quando o próprio juiz não a realiza pessoalmente, a busca domiciliar deverá ser precedida da expedição de mandado.
- c) Não é possível a ocorrência da apreensão sem a busca.
- d) A busca pessoal será levada a efeito, independentemente de mandado, quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de objetos ou papéis que constituam corpo de delito.

Questão 23

Com relação à restituição de coisa apreendida, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Ouvido sempre o Ministério Público, poderá a autoridade policial restituir coisa apreendida em poder de terceiro de boa-fé, que tenha sido adquirida com os proventos da infração penal.
- b) Desde que não exista dúvida quanto ao direito do reclamante, poderá a autoridade policial restituir coisa apreendida que tenha sido adquirida com os proventos da infração penal.
- c) A autoridade policial não poderá restituir coisa apreendida em poder de terceiro de boa-fé que tenha sido adquirida com os proventos da infração penal, devendo determinar a autuação do incidente em apartado, intimando o terceiro para que alegue e prove o seu direito, remetendo, em seguida, os autos para o juízo cível decidir sobre o incidente.
- d) A autoridade policial não poderá restituir coisa apreendida que tenha sido adquirida com os proventos da infração penal, pois, somente após o trânsito em julgado da sentença condenatória, o juiz determinará a venda da coisa em leilão público, devendo, do dinheiro apurado, ser recolhido ao Tesouro Nacional o que não couber ao lesado ou a terceiro de boa-fé.

Questão 24

Iramar da Silva, com vontade livre, consciente e nítido intento de ultrajar e desprestigiar, desacatou, quando cumpriam mandado de penhora e avaliação extraído da execução promovida em desfavor da companheira deste, portanto, no pleno exercício das atribuições dos cargos públicos que exercem, as oficiais de Justiça Cacilda e Irinéia, chamando-as de ladras e afirmando que nada seria penhorado em sua residência. Preso em flagrante pelo crime de desacato (art. 331, CP), que prevê uma pena de detenção de seis meses a dois anos, ou multa, Iramar foi encaminhado à delegacia de polícia.

Considerando o entendimento predominante na doutrina e na jurisprudência, o delegado(a) de polícia encarregado desse caso deverá:

- a) lavrar um termo circunstanciado de ocorrência e encaminhá-lo imediatamente ao Juizado Especial Criminal com o autor do fato e as vítimas.
- b) lavrar o competente auto de prisão em flagrante.
- c) optar por instaurar o inquérito policial ou lavrar o termo circunstanciado.
- d) ordenar a instauração de inquérito policial para as investigações devidas.

Questão 25

Estelionildo de Sousa, residente na cidade de Anápolis–GO, adquiriu folhas de cheque em branco, na Feira do Furtado, situada em Caldas Novas–GO, pagando a quantia de R\$ 50,00 por folha. As referidas cédulas pertenciam a Pedro, correntista do Banco do Brasil S.A., agência de Caldas Novas. De posse das folhas de cheque, Estelionildo comprou de Sílvio, na cidade de Bela Vista de Goiás–GO, uma motocicleta, marca Yamaha DT 180. Como forma de pagamento, emitiu em favor de Sílvio um cheque no valor de R\$ 1.000,00, pertencente ao correntista Pedro. No dia seguinte, ainda na cidade de Bela Vista de Goiás, Estelionildo comprou de Acácio uma moto CG 125, pagando por ela a quantia de R\$ 2.000,00. Para tanto, também emitiu um cheque personalizado em nome de Pedro. Ambos os títulos foram apresentados ao Banco do Brasil S.A, agência de Goiânia–GO, no dia 2 de março de 2003, não podendo, porém, ser compensados, uma vez que foram sustados pelo correntista, face o furto.

Diante do fato narrado, e de acordo com entendimento majoritário da doutrina e jurisprudência, marque a alternativa que contém o juízo competente para conhecer e julgar a(s) conduta(s) de Estelionildo:

- a) Anápolis
- b) Bela Vista de Goiás
- c) Caldas Novas
- d) Goiânia

Questão 26

Cornélio, marido de Pedrita, agride-a com freqüência, causando-lhe lesões corporais leves. Não agüentando mais a violência doméstica, Pedrita noticia essas infrações na delegacia de polícia.

Nesse caso, de acordo com a Lei dos Juizados Especiais Criminais, recentemente alterada pela Lei nº 10.455, de 13 de maio de 2002, e com a doutrina majoritária,

- a) somente o juiz poderá determinar, como medida de cautela, em decisão fundamentada, o afastamento de Cornélio do lar, do domicílio ou local de convivência com Pedrita.
- b) ocorrendo as situações de flagrância ou quase-flagrância previstas na legislação processual comum, Cornélio será preso em flagrante delito e imediatamente lavrado pela autoridade policial o auto respectivo.
- c) a autoridade policial poderá conceder medida para que Cornélio afaste-se do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima.
- d) ao receber o termo circunstanciado, o Ministério Público poderá conceder medida para que Cornélio afaste-se do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima.

Questão 27

Folgado que nem calça de gaúcho, ele trafega com Santana furtado

Uma equipe do Batalhão de Trânsito, em Piranhas–GO, resolveu abordar o condutor de um carro Santana, cor branca, placa KCA–1785, de Goiânia, que trafegava pelas ruas da cidade. Na abordagem, o PM pediu: “Documentação pessoal. Carteira de identidade em primeiro lugar, depois a carteira nacional de habilitação e a documentação do veículo.” O condutor entregou a identidade: Paulo Roberto Mendes. Ele perguntou: “Esta moça aqui é minha filha. Quer ver a documentação dela?” Não precisava. O militar falou: “Verificamos no sistema. Esse carro foi furtado em Goiânia no dia 3, quero dizer na terça-feira.” Condutor: “Não é possível. Tenho esse Santana desde quando ele era pequenino! Não é, minha filha?” O mesmo militar: “E tem mais: consultamos o sistema e o senhor está em liberdade provisória. Com isso eu digo que o senhor ‘estava’ em liberdade provisória.”



ULISSES, Aesse. Folgado que nem calça de gaúcho, ele trafega com Santana furtado. *Diário da Manhã*, Goiânia, 7 jun. 2003. Cidades. Distrito Zero, p.6. Disponível em: <http://www.dm.com.br/distzero.php>

Diante do caso acima, supondo-se a ocorrência da prática de outra infração penal, e que a referida liberdade provisória tivesse sido concedida mediante fiança, assinale a alternativa INCORRETA, de acordo com a doutrina e a jurisprudência majoritária:

- A prática de outra infração penal implica a quebra da fiança e o recolhimento à prisão do agente que se encontra em liberdade provisória mediante fiança.
- A quebra da fiança só poderá ser decretada pelo juiz, nunca pela autoridade policial.
- A quebra da fiança tanto poderá ser decretada pelo juiz quanto pela autoridade policial.
- Para considerar como evidenciada a infração causadora da quebra da fiança, a lei processual penal não reclama sentença condenatória definitiva.

Questão 28

Acerca da prisão preventiva, considere as seguintes proposições:

- A prisão preventiva não poderá ser decretada de ofício pelo juiz, dependendo sempre do requerimento do Ministério Público, do querelante ou de representação da autoridade policial.
- A construção jurisprudencial que estabeleceu o prazo de 81 dias para o encerramento da instrução criminal de réu submetido a prisão processual no procedimento comum deve ser concebida com rigor, sendo inadmissível o excesso de tempo.
- A prisão preventiva somente poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução penal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.
- De acordo com a lei processual penal, a prisão preventiva pode ser decretada tanto na fase do inquérito policial quanto na fase da instrução criminal.

Marque a alternativa CORRETA:

- Somente as proposições I e II são verdadeiras.
- Somente as proposições II e III são verdadeiras.
- Somente as proposições III e IV são verdadeiras.
- Todas as proposições são verdadeiras.

Questão 29

Lupércio foi preso em flagrante por ter, mediante ameaça exercida com arma de fogo, subtraído da vítima Juracina, a quantia de R\$ 1.500,00. No ato da prisão, Lupércio declinou nome que não era o seu, mas de seu irmão Miguelito, que acabou sendo indiciado sem ter qualquer participação no fato objeto da prisão. Com base no inquérito policial, o Ministério Público denunciou Miguelito ao juízo criminal. A peça acusatória conteve exposição clara e objetiva dos fatos alegadamente delituosos e a qualificação de Miguelito, tendo sido o crime classificado como furto qualificado (art. 155, § 4º, CP).

Diante do fato narrado, e considerando a doutrina e a jurisprudência majoritária, no que tange às condições da ação penal, é CORRETO afirmar que

- a) a denúncia será recebida pelo juiz, uma vez que estão presentes a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado e a classificação do crime.
- b) a denúncia será rejeitada pelo juiz, uma vez que manifesta a ilegitimidade da parte.
- c) a denúncia será rejeitada pelo juiz, uma vez que o fato narrado, evidentemente, não constitui crime de furto qualificado.
- d) a denúncia será rejeitada pelo juiz, por faltar condição exigida pela lei para o exercício da ação penal.

Questão 30

Na noite do dia 16 de junho de 2003, por volta das 18 horas, Penélope parou seu automóvel BMW na entrada de sua casa, situada na Alameda dos Perdidos, nesta Capital, e foi abrir o portão. Ao retornar, foi abordada por Pafúncio, que, armado, exigiu que ela entrasse no carro, praticando, em tese, o crime de roubo com o emprego de arma e seqüestro (art. 157, § 2º, I e V, CP). Na fase do inquérito policial, em face do requerimento do Ministério Público, o juiz decretou a prisão temporária de Pafúncio, nos seguintes termos: “Vê-se, em exame perfunctório, quão grave a ação delituosa perpetrada. Delitos dessa espécie têm proporcionado completa insegurança à sociedade. Portanto, imperioso se torna imediata resposta.”

Considerando essas informações, e que a custódia foi fundamentada apenas na gravidade do crime, de acordo com o entendimento predominante da doutrina e da jurisprudência, é CORRETO afirmar:

- a) Tendo em vista as hipóteses legais de cabimento, a prisão temporária restou devidamente demonstrada, devendo ser mantida.
- b) A prisão temporária somente poderia ser decretada em face da representação da autoridade policial, sendo, portanto, ilegal a prisão ordenada.
- c) Tendo em vista as hipóteses legais de cabimento, a prisão temporária não restou devidamente demonstrada, devendo ser revogada.
- d) A prisão temporária somente poderia ser decretada na fase judicial, sendo, portanto, ilegal a prisão ordenada.

Questão 31

Na noite de 17 de dezembro do ano passado, Inácio, juntamente com Letício, armados com um revólver, renderam o proprietário de um veículo Ford Ranger na cidade de Itumbiara–GO. Logo após a subtração do automóvel, os agentes foram perseguidos por policiais militares comunicados do roubo. Depois de uma troca de tiros, os dois assaltantes abandonaram a caminhonete na estrada e continuaram a fuga num Fiat modelo Tipo.

Enquanto os perseguidores verificavam a caminhonete abandonada, foram comunicados que policiais rodoviários, em Caldas Novas–GO, abordaram o Fiat Tipo e deram voz de prisão aos ocupantes do carro, depois de encontrar dentro do veículo um capuz, um rolo de fita, uma embalagem vazia de dez cartuchos de balas calibre 38, além de munição intacta. Em seguida, Inácio e Letício foram conduzidos à Delegacia de Furtos e Roubos do município de Goiânia–GO, local onde a autoridade policial autuou-os em flagrante por roubo qualificado.

Diante do caso narrado, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial majoritário, é CORRETO afirmar:

- a) Além da ocorrência do flagrante delito, o auto lavrado por autoridade diversa da do local das prisões dos assaltantes é considerado válido.
- b) O auto de prisão em flagrante é nulo, uma vez que deveria ter sido lavrado em Caldas Novas.
- c) O auto de prisão em flagrante é nulo, uma vez que deveria ter sido lavrado em Itumbiara.
- d) Além do auto de prisão em flagrante ter sido lavrado por autoridade policial incompetente, sendo, portanto, nulo, as prisões efetuadas pelos policiais rodoviários não ensejavam o flagrante, uma vez que não houve, por parte destes, perseguição imediata.

Questão 32

Dorvalino, primário e de bons antecedentes, é preso em flagrante pela prática de crime de furto (art. 155, CP), para o qual está prevista pena de um a quatro anos, e multa. Encerrada a lavratura do auto, a autoridade policial mandou recolher Dorvalino à prisão.

Havendo ilegalidade na elaboração do auto de prisão em flagrante, é cabível ao preso pleitear

- a) à autoridade policial o relaxamento da prisão em flagrante.
- b) à autoridade policial a concessão da liberdade provisória com fiança.
- c) ao juiz o relaxamento da prisão em flagrante.
- d) ao juiz a concessão da liberdade provisória.

Questão 33

Ainda sobre a prisão, considere as seguintes proposições:

- I. Tem-se como exemplo do chamado “flagrante preparado” e não do “flagrante esperado”, a prisão oriunda da conduta da vítima que, proprietária de lanchonete, percebendo a subtração de alguns gêneros alimentícios de seu estabelecimento, deixa bandeja de petisco cuidadosamente arranjada, com lingüiça, azeitona, refrigerante e cerveja, para atrair os prováveis meliantes.
- II. Não há o chamado “flagrante preparado”, mas, sim, o “flagrante esperado”, se os policiais, com base em escuta telefônica, efetuaram busca e apreensão na residência do suspeito, ali encontrando vários papелotes de cocaína, dando-lhe, em consequência, voz de prisão no ato.
- III. Zé Colméia estava sendo agredido em sua própria casa por Catatau, o qual só não logrou êxito em matá-lo, porque o tiro disparado de sua arma de fogo não o atingiu. Zé Colméia, então, utilizando-se da plenitude de sua legítima defesa (art. 25, CP), acabou por matar Catatau. Policiais militares que passavam no local no momento em que Zé Colméia se defendia, encaminharam-no à delegacia de polícia. Nesse caso, em decorrência da excludente da legítima defesa constatada, a autoridade policial poderá abster-se de autuar Zé Colméia em flagrante.
- IV. No dia 10 de junho de 2003, Brigonerges de Oliveira desentendeu-se com a vítima Aparionilda, ferindo-a com golpes de faca. No dia seguinte, Brigonerges apresentou-se espontaneamente à delegacia de polícia para confessar a autoria e a existência do delito. Diante disso, deve a autoridade policial prendê-lo, lavrando o competente auto de prisão em flagrante.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) Somente as proposições I e II são verdadeiras.
- b) Somente as proposições II e III são verdadeiras.
- c) Somente as proposições III e IV são verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.

Questão 34

O religioso Cacciola, formado em direito, foi indiciado e posteriormente denunciado pelo Ministério Público por homicídio doloso (art. 121, CP). Ao ser interrogado pela autoridade judiciária, confessa em detalhes o crime e diz-se arrependido, querendo prestar contas a Deus. Em decorrência da confissão, e por considerar-se conhecedor das leis, Cacciola decide não constituir defensor, renunciando ao direito de ser defendido por advogado(a).

Nesse caso, não sendo Cacciola devidamente habilitado para o exercício da advocacia, deverá o juiz

- a) respeitar a vontade do acusado.
- b) nomear um assistente.
- c) anular o processo.
- d) designar defensor dativo.

Questão 35

Em tema de morte presumida, é CORRETO afirmar:

- a) Sem decretação de ausência, não pode ser declarada a morte presumida.
- b) Somente pode ser declarada a morte presumida após decorridos dois anos da decretação da ausência.
- c) Se a pessoa estava em perigo de vida, a morte presumida pode ser declarada após um ano da decretação da ausência.
- d) Pode ser declarada a morte presumida sem a decretação de ausência.

Questão 36

O novo Código Civil preceitua no seu art. 12, que “se pode exigir que cesse a ameaça ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei”.

Em caso de morte, tem legitimação para requerer a medida prevista no artigo citado

- a) o cônjuge sobrevivente e os demais descendentes.
- b) o cônjuge sobrevivente, qualquer parente em linha reta e colateral até o terceiro grau.
- c) o cônjuge sobrevivente, qualquer parente em linha reta e colateral até quarto grau.
- d) o cônjuge sobrevivente, qualquer parente em linha reta e o colateral em segundo grau.

Questão 37

Diz o art. 50 do novo Código Civil que “em caso de abuso de personalidade, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento de parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica”.

Na aplicação dessa teoria, o juiz observará:

- a) O abuso de personalidade jurídica deve ser examinado sob o prisma da boa-fé subjetiva.
- b) O juiz deverá sempre indagar com maior profundidade sobre a existência de dolo e culpa.
- c) Desconsideração da pessoa jurídica e responsabilidade civil dos dirigentes societários equivalem-se.
- d) A desconsideração da pessoa jurídica é aplicação do princípio de equidade trazido modernamente pela lei.

Questão 38

Os bens que, não constituindo partes integrantes, destinam-se, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro, podem ser classificados como

- a) pertença.
- b) acessório.
- c) imóvel por acessão intelectual.
- d) imóvel por acessão física.

Questão 39

Pelo art. 1.711 do novo Código Civil, os cônjuges ou a entidade familiar, mediante escritura pública ou testamento, podem destinar parte do seu patrimônio para instituir bem de família.

Quanto à natureza jurídica do bem de família, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Ocorre afetação.
- b) É meio de colocar a coisa fora do comércio por força exclusivamente legal.
- c) Transferência do bem à entidade familiar e que passa a ter o direito de disposição.
- d) Instituição de um condomínio entre os pais e os filhos.

Questão 40

Angélica, mãe solteira, tem dois filhos e um único imóvel residencial. A fim de ajudar uma irmã a obter capital para abrir um pequeno comércio, na condição de terceiro garante, consentiu em dar sua casa em hipoteca. Vencido o débito e não pago, o banco credor penhorou a casa.

Diante do caso acima, marque a alternativa CORRETA:

- a) O imóvel é penhorável, pois foi dado em hipoteca pela proprietária.
- b) O imóvel é impenhorável, pois a hipoteca não redundou em benefício da família.
- c) O imóvel é penhorável, pois foi dado em garantia pela entidade familiar, representada pela mãe.
- d) O imóvel é impenhorável, pois é o único de Angélica.

Questão 41

Na dicção do novo Código Civil “são anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio”.

Considerando, assim, o novo Código Civil, é CORRETA a seguinte assertiva:

- a) A escusabilidade do erro, tendo o novo Código Civil abandonado o credo voluntarista, não tem qualquer significado na anulabilidade, mas deve ser investigada pelo intérprete como subsídio ao julgamento.
- b) A causa de anulação é o erro perceptível pelo outro contraente, vício que prevalecerá ainda que seja inexcusável o erro cometido.
- c) O novo Código Civil desprezou a escusabilidade do erro como requisito da anulabilidade.
- d) O novo Código Civil igualou, para efeito de anulabilidade, a inexcusabilidade e a cognoscibilidade.

Questão 42

Quem transborda os limites aceitáveis de um direito, causando prejuízo a outrem, comete abuso de direito. Assim, a respeito desse tema, é CORRETO afirmar:

- a) Sem culpa do agente ou dolo, não se pode falar em abuso de direito.
- b) Abuso de direito e ato ilícito confundem-se e identificam-se porque são ontologicamente iguais, gerando o dever de reparar.
- c) A noção de dolo não é essencial ao abuso de direito, mas a noção de culpa sim, pois está contida no critério objetivo finalístico adotado pelo novo Código Civil.
- d) No abuso de direito, a noção de dolo e culpa deve ser afastada.

Questão 43

Antônio internou-se para uma neurocirurgia, sendo informado do risco. O resultado não foi o esperado, porquanto perdeu o movimento de três dedos da mão direita. Por isso, moveu ação contra o médico, alegando que o serviço não foi prestado a contento.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) O juiz, no caso, deverá, obrigatoriamente, inverter o ônus da prova.
- b) O paciente tem de provar que o médico agiu com imperícia, para ter direito à indenização.
- c) Pelo novo Código Civil, sendo a neurocirurgia atividade de risco, o juiz pode aplicar a teoria objetiva.
- d) O médico, para não ser responsabilizado, tem de provar que agiu com perícia.

Questão 44

Certo cliente deixou seu carro pernoitar num posto de gasolina com os dizeres “Não nos responsabilizamos pelos veículos que pernoitarem no pátio”, tendo sido o carro furtado.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) A cláusula de não indenizar exclui a responsabilidade do dono do posto, que não assumiu o dever de guarda.
- b) A cláusula de não indenizar não valerá, posto que resultante de imposição unilateral, mesmo incorrendo contrato de depósito na espécie.
- c) Ainda que bilateral e consensual, a cláusula de não indenizar pode ser aposta em qualquer contrato.
- d) O direito não aceita a cláusula de não indenizar nem a cláusula de limitação de responsabilidade.

Questão 45

Um advogado perdeu o prazo de apelar. O cliente propôs ação reparatoria ante a negligência do profissional. Nesse caso, a conclusão CORRETA do exame da causa é:

- a) Será procedente o pedido, pelo simples fato de o cliente perder a chance de ter o mérito do seu recurso apreciado na superior instância, ainda que as provas indicassem que não havia chance de ser provido o apelo.
- b) Se se evidenciar pelos dados do processo que o cliente não teria a menor chance de êxito, o pedido será improcedente.
- c) O advogado só responderia em caso de dolo, pois não estava obrigado a recorrer, uma vez que não havia chance de vitória.
- d) À responsabilidade civil do advogado, não se aplica a teoria que os franceses desenvolveram e denominaram *perte d'une chance*.

Questão 46

A propósito do direito de propriedade, marque a alternativa CORRETA:

- a) O direito de propriedade abrange o solo e os cursos d'água particulares, mas não as jazidas e demais recursos minerais.
- b) O direito de propriedade abrange o solo, o espaço aéreo e o subsolo.
- c) O direito de propriedade abrange o solo, e não só os cursos d'água particulares, jazidas e outros recursos minerais.
- d) O direito de propriedade abrange o solo, os cursos d'água particulares, o espaço aéreo e o subsolo em altura e profundidade úteis ao seu exercício.

Questão 47

Certo fazendeiro, que era parceiro, comprou as reses objeto da parceria. No presente caso, a tradição recebe o nome específico de

- a) *traditio brevi manu*
- b) *traditio longa manu*
- c) *constituto possessorio*
- d) *traditio ficta*

Questão 48

Pelo novo Código Civil, o adquirente do apartamento responde pelas contribuições condominiais pretéritas. Esta contribuição classifica-se como

- a) obrigação com eficácia real.
- b) ônus real, pois onera a coisa.
- c) foi *propter rem*, mas, a partir do novo Código Civil, transformou-se em ônus real.
- d) *propter rem*.

Questão 49

A respeito da solidariedade e indivisibilidade, é CORRETO afirmar:

- a) Tanto a obrigação solidária como a indivisível, ao transformarem-se em perdas e danos, perdem suas características.
- b) São iguais, porquanto em ambas, havendo pluralidade de devedores e de credores, cada credor tem direito a receber o todo, e cada devedor responde pela obrigação por inteiro.
- c) A indivisibilidade permanece, se transferida aos herdeiros do devedor, enquanto a solidariedade desaparece.
- d) A indivisibilidade nada mais é que a solidariedade perfeita, pois não se permite fracionar o pagamento.

Questão 50

Certo fazendeiro vendeu 50 vacas para serem entregues em 30 dias. Antes da tradição, 30 delas deram crias.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) As crias pertencem ao vendedor, pois equivalem a acessório da coisa principal.
- b) As crias são do vendedor, que poderá exigir aumento do preço para entregá-las ao comprador, e se este não anuir, poderá resolver a obrigação.
- c) O vendedor não pode exigir aumento, pois não empregou trabalho e esforço, mas resultou de acréscimo da natureza
- d) Nesse caso, omissis o contrato sobre a apropriação das crias, devem-se aplicar os costumes locais.

Questão 51

A teoria intitulada *ultra vires societatis* diz respeito à

- a) desconsideração da pessoa jurídica.
- b) responsabilização civil dos dirigentes da pessoa jurídica.
- c) proibição a que os dirigentes usem a razão social para prestarem garantia fidejussória.
- d) limitação de prática de atos jurídicos sob pena de os dirigentes responderem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Espaço para rascunho

Questão 52

A Constituição de 1824, em seu artigo 178, estabeleceu que “É só Constitucional o que diz respeito aos limites, e atribuições respectivas dos Poderes Políticos, e aos Direitos Políticos, e individuais dos Cidadãos. Tudo, o que não é Constitucional, pode ser alterado sem as formalidades referidas, pelas Legislaturas ordinárias”.

Em relação a esse dispositivo constitucional, é CORRETO afirmar que

- a) este exige um procedimento especial, diferente e mais difícil que o legislativo ordinário, para a alteração apenas de suas normas materialmente constitucionais.
- b) as normas materialmente constitucionais que dizem respeito aos limites, à atribuições respectivas dos poderes políticos, e aos direitos políticos e individuais dos cidadãos não podem, sob qualquer pretexto, ser alteradas por meio do processo de reforma constitucional.
- c) este exige um procedimento especial diferente e mais difícil que o legislativo ordinário para a alteração de suas normas material e formalmente constitucionais.
- d) este não exige procedimento especial para a reforma de qualquer dispositivo constitucional.

Questão 53

Em relação aos instrumentos constitucionais providos de natureza jurídica de ação, considere as seguintes proposições:

- I. A ação popular é ação constitucional cabível contra ato lesivo ao meio ambiente.
- II. O *habeas corpus* é ação constitucional não cabível em relação às medidas adotadas na vigência do estado de sítio e nas punições disciplinares militares.
- III. A Constituição Federal de 1988, ao erigir cada um dos cidadãos brasileiros em defensor do patrimônio público, legitimou-os para propor ação popular, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- IV. O mandado de injunção, o mandado de segurança, a ação civil pública e o *habeas data* são ações constitucionais empregadas para proteger, indiretamente, qualquer direito violado ou ameaçado de violação por autoridades que praticam lesões ao interesse público.
- V. O cidadão que não consegue obter informações sobre assentamentos em órgão público ou entidade de caráter público, para eventuais retificações que se façam necessárias a seu respeito, poderá obtê-las através de *habeas data*.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as proposições I, II e IV são verdadeiras.
- b) Apenas as proposições I, III e V são verdadeiras.
- c) Apenas as proposições II, IV e V são verdadeiras.
- d) Todos as proposições são verdadeiras.

Questão 54

Em caso de autoridade administrativa não expedir, no prazo de 30 dias, fixado pela lei competente, certidão de tempo de serviço requerida por funcionário público, que dela necessita para esclarecimento de situação de interesse próprio ou para pedir aposentadoria, é cabível

- a) o *habeas data*.
- b) a ação civil pública.
- c) o mandado de injunção.
- d) o mandado de segurança individual.

Questão 55

Quanto à eficácia e à aplicabilidade, as normas de princípio programático, introduzidas pelas constituições dirigentes, são

- a) espécies de normas constitucionais de eficácia absoluta ou plena.
- b) de eficácia limitada e dependem de leis para criar instituições, pessoas, órgãos previstos na norma constitucional.
- c) de eficácia limitada, estabelecendo um programa constitucional a ser desenvolvido mediante legislação integradora da vontade constitucional.
- d) aquelas que têm aplicabilidade imediata, mas que podem ter reduzido o seu alcance pela atividade do legislador infraconstitucional.

Questão 56

A Constituição Federal de 1988, ao consagrar no art. 2º o princípio da separação dos Poderes, declara-os independentes e harmônicos.

Como consequência da previsão constitucional do princípio da separação dos Poderes,

- a) quem é membro de um Poder nunca pode ocupar cargo ou função em outro Poder.
- b) as funções típicas de um Poder não podem ser exercidas pelos demais.
- c) as funções legislativa, executiva e judiciária devem existir no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- d) não podem os Poderes manter relação de hierarquia entre si.

Questão 57

O art. 5º, inciso II, da Constituição Federal estabelece que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”.

Considerando a teoria clássica norte-americana da aplicabilidade das normas constitucionais, essa norma constitucional é

- a) programática.
- b) auto-executável.
- c) de eficácia limitada.
- d) de eficácia contida.

Questão 58

Por motivo de credo religioso, João da Silva, convocado para prestar serviço militar, recusa-se a fazê-lo, negando-se também a cumprir prestação alternativa, fixada em lei. Para justificar sua conduta, afirma que a Constituição Federal acata, nesse caso, a objeção de consciência por motivo de crença religiosa, sem prever sanção para o objetor.

Nesse caso, João está enganado, pois a Constituição

- a) inclui a hipótese figurada entre as que provocam perda ou suspensão de direitos políticos.
- b) não admite a objeção de consciência por motivos de crença religiosa, devendo o objetor ser detido em dependência das Forças Armadas.
- c) admite a objeção de consciência somente para dispensar o objetor da obrigatoriedade do voto.
- d) admite a objeção de consciência apenas por motivos de convicção filosófica.

Questão 59

A possibilidade de recepção pela nova ordem constitucional, como leis ordinárias, de disposições da Constituição anterior, é denominada doutrinariamente

- a) recepção.
- b) desconstitucionalização.
- c) reconstituição.
- d) complementação ou ultratividade constitucional.

Questão 60

Em relação ao Poder Constituinte Derivado, considere as seguintes proposições:

- I. A proposta de emenda constitucional tendente à abolição da forma republicana de governo, após sua promulgação, integra o texto constitucional, o que a torna imune ao controle de constitucionalidade.
- II. A Constituição Federal estabelece, como mecanismo da democracia participativa, em condições que específica, a apresentação de propostas de emendas à Constituição por iniciativa popular.
- III. As emendas à Constituição são promulgadas pelas mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem, mas a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou tida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- IV. A decretação da intervenção federal pelo presidente da República impede a aprovação de emenda constitucional.
- V. A proposta de emenda constitucional será discutida e aprovada em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as proposições I, III e V são verdadeiras.
- b) Apenas as proposições II, III, IV e V são verdadeiras.
- c) Apenas as proposições III, IV e V são verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.

Questão 61

O art. 59 da Constituição Federal estabelece que o processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição, às leis complementares, às leis ordinárias, às leis delegadas, às medidas provisórias, aos decretos legislativos e às resoluções.

Em relação às espécies normativas, julgue as proposições abaixo, marcando V (Verdadeiro) ou F (Falso):

- () As leis delegadas devem ser elaboradas pelo presidente da República, depois de resolução do Congresso Nacional, determinando o conteúdo e os termos de seu exercício. E, no caso de o ato normativo do Poder Executivo exorbitar os limites de delegação legislativa, compete exclusivamente ao Congresso Nacional sustar o ato.
- () Projeto de lei complementar, de iniciativa de deputado federal, disciplinando o exercício de direitos constitucionais, é aprovado por maioria simples em ambas as casas do Congresso Nacional e sancionado pelo presidente da República. Nesse caso, do ângulo do processo legislativo, pode-se afirmar que a lei complementar em que se converteu o projeto é formalmente inconstitucional por inobservância do *quorum* previsto na Constituição para aprovação de lei complementar.
- () Em caso de relevância e urgência, o presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. Todavia, é vedada a edição de medidas provisórias, entre outras matérias, relativas a direito penal, processual penal e processual civil.
- () As leis que disponham sobre a criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou sobre o aumento de sua remuneração são de iniciativa privativa do Congresso Nacional, sem sanção do presidente da República.

Marque a alternativa com a seqüência CORRETA:

- a) V – V – V – F
- b) F – F – F – V
- c) F – V – V – V
- d) V – V – F – F

Questão 62

Marque a alternativa que se encontra em desacordo com os direitos e as garantias fundamentais inscritos na Constituição Federal de 1988, legislação infraconstitucional pertinente e orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal:

- a) A Constituição Federal de 1988 assegura expressamente, como direito fundamental ao preso, o direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial, sendo a prisão ilegal imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.
- b) São destinatários dos direitos e das garantias fundamentais as pessoas físicas e jurídicas, sendo estas legitimadas a proporem perante o Poder Judiciário as ações de mandado de segurança, ação popular, *habeas corpus*, *habeas data* e mandado de injunção para a proteção de seus direitos individuais.
- c) A Constituição Federal de 1988, como regra, veda a cassação de direitos políticos, porém, indica como um dos casos de privação temporária de direitos políticos a condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
- d) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Questão 63

Em relação aos direitos e garantias fundamentais instituídos pela Constituição Federal de 1988, é CORRETO afirmar:

- a) O direito de reunião pacífica, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não fruste outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, exige previamente autorização do delegado da polícia civil responsável pela segurança do local.
- b) A Constituição é expressa ao constituir como crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem; e, como crimes inafiançáveis e imprescritíveis a prática do racismo e a ação de grupos armados, civis e militares, contra a ordem constitucional e o estado democrático de direito.
- c) Além da indenização paga aos cidadãos vítimas de condenação por erro judiciário, a atual Constituição Federal foi mais longe, estendendo a indenização a todos os que ficarem presos durante o estado de sítio.
- d) A lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem, porém, jamais, nos casos que envolvem a esfera do direito penal.

Questão 64

Como regra, a Constituição Federal estabelece que a casa é asilo inviolável do indivíduo. Nesse caso, ninguém pode penetrá-la sem consentimento do morador, salvo

- a) durante a noite, por determinação judicial.
- b) em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ainda que de noite.
- c) para cumprir mandado de prisão, expedido mediante ordem policial, desde que durante o dia.
- d) para proceder à condução forçada de testemunha em inquérito policial, por ordem policial, desde que durante o dia.

Questão 65

O Supremo Tribunal Federal poderá conceder a extradição de

- a) brasileiro nato, após comprovado envolvimento em crime comum.
- b) brasileiro naturalizado, em caso de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- c) estrangeiro, por crime político.
- d) estrangeiro, por motivo de crime de opinião.

Questão 66

A Constituição Federal de 1988 institui, como órgãos da segurança pública, a polícia federal, a polícia rodoviária federal, a polícia ferroviária federal, as polícias civis, as polícias militares e os corpos de bombeiros militares.

Em relação à segurança pública, pode-se dizer que, ressalvada a competência da União, incumbem, originariamente, às polícias civis, as funções de

- a) prevenção e repressão ao tráfico ilícito de entorpecentes, inclusive nas rodovias federais.
- b) preservação da ordem pública, inclusive nos aeroportos.
- c) patrulhamento ostensivo das fronteiras.
- d) polícia judiciária, bem como a apuração de infrações penais, exceto as militares.

Questão 67

O princípio da supremacia constitucional exige que todas as leis e atos normativos infraconstitucionais sejam compatíveis com os princípios e as regras da Constituição.

Em relação ao controle jurisdicional de constitucionalidade,

- a) a lei ou o ato normativo municipal podem ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, sem confronto com as Constituições Estadual e Federal.
- b) compete privativamente ao Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- c) as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo.
- d) o procurador-geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade de competência do Supremo Tribunal Federal, cabendo-lhe defender o ato ou texto impugnado.

Questão 68

Em relação aos princípios constitucionais gerais do Sistema Tributário Nacional, marque a alternativa CORRETA:

- a) O imposto de importação, as contribuições da seguridade social e os empréstimos compulsórios para investimentos ou para cobrir despesas decorrentes de calamidade pública não se submetem ao princípio da anualidade ou anterioridade.
- b) A norma constitucional específica proibição de cobrança de tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado, inclusive para os impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, instituídos pela União aos Estados-membros e Distrito Federal.
- c) Em função do princípio constitucional da legalidade em matéria tributária, os tributos devem ser criados por lei, embora a Constituição admita a fixação de limites máximos e mínimos de alíquotas de impostos, de competência da União, por ato privativo do Senado Federal.
- d) Os impostos devem, sempre que possível, ter caráter pessoal, assim como ser graduados de acordo com a capacidade econômica do contribuinte.

Espaço para rascunho

Questão 69

O porte de arma deferido pela autoridade a particular, que a Lei das Contravenções Penais denomina impropriamente de licença, na verdade caracteriza um ato administrativo tido como

- a) licença imprópria.
- b) permissão.
- c) concessão.
- d) autorização.

Questão 70

O ato administrativo vinculado que permite ao cidadão dirigir veículos automotores, após regular aprovação e habilitação, é tido como

- a) autorização.
- b) permissão.
- c) licença.
- d) homologação.

Questão 71

Os atos administrativos para os quais a lei estabelece os requisitos e as condições de sua realização são atos

- a) complexos.
- b) de império.
- c) compostos.
- d) vinculados.

Questão 72

As certidões, os atestados e os vistos incluem-se entre os atos da Administração ditos

- a) negociais.
- b) normativos.
- c) ordinatórios.
- d) enunciativos.

Questão 73

O fato de a Administração Pública decidir e executar as medidas ou sanções de polícia administrativa por seus próprios meios, sem autorização prévia do Poder Judiciário, caracteriza o atributo do ato administrativo conhecido como

- a) imperatividade.
- b) auto-executoriedade.
- c) exigibilidade.
- d) exequibilidade.

Questão 74

O ato administrativo poderá ser revogado pelo Poder Judiciário

- a) quanto ao mérito, à conveniência e oportunidade.
- b) somente quanto à legalidade e conveniência.
- c) somente quanto a sua forma e legalidade.
- d) somente quanto à conveniência e forma.

Questão 75

Pela teoria dos motivos determinantes,

- a) os motivos invocados para a prática do ato administrativo fazem parte do mérito do ato e não podem ser apreciados pelo Poder Judiciário.
- b) todo ato administrativo deve ter sua motivação expressamente prevista em lei.
- c) a inexistência dos motivos explicitados pelo agente para a prática do ato administrativo invalida o ato, tornando-o nulo, ainda que outros motivos de fato existam para justificá-lo.
- d) o desatendimento ao interesse público pode ser invocado pelo Poder Judiciário para a anulação do ato administrativo.

Questão 76

A proibição de se criarem certas espécies de animais na zona urbana significa restrição decorrente do poder

- a) de polícia.
- b) regulamentar.
- c) disciplinar.
- d) da autotutela.

Questão 77

Sobre o poder discricionário, é CORRETO afirmar que

- a) não permite ao administrador praticar o ato com os critérios de conveniência e oportunidade.
- b) permite ao administrador exceder os limites da lei.
- c) vincula o administrador à forma e à finalidade do ato.
- d) não vincula o administrador à forma e à finalidade do ato.

Questão 78

Entre outros, são elementos ou requisitos de existência dos atos administrativos

- a) o tempo, a razão e a finalidade.
- b) o sujeito, o objeto e a forma.
- c) o tempo, o local e a forma.
- d) o sujeito, a territorialidade e a forma.

Questão 79

Quanto às licitações, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Nos casos em que couber convite, a Administração Pública poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.
- b) A Lei nº 8.666/93, que regulamentou o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, só se aplica à Administração Pública direta e indireta do Estado de Goiás.
- c) O pregão, nova modalidade de licitação, criado pela Medida Provisória nº 2.026, de 4 de maio de 2000, pode ser utilizado indistintamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- d) É possível combinar as diversas modalidades de licitação, assim como a Lei nº 8.666/93 permite a criação de novas modalidades de licitação.

Questão 80

Uma Resolução do secretário estadual da Segurança Pública, determinando o recolhimento de máquinas caça-níqueis clandestinas em todo território estadual, tem poder

- a) de polícia.
- b) disciplinar.
- c) regulamentar.
- d) hierárquico.

Questão 81

Sobre os princípios administrativos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O princípio da moralidade pública opõe-se ao da impessoalidade, visto que impõe ao administrador público atuação que não seja voltada para seus próprios interesses.
- b) O princípio da publicidade impõe a ampla divulgação dos atos praticados pela Administração Pública e não comporta exceções.
- c) O princípio da eficiência impõe a todo agente público realizar suas atribuições buscando alcançar os melhores resultados para a Administração Pública, independentemente dos meios usados para tal.
- d) O princípio da motivação implica, para a Administração Pública, o dever de justificar os seus atos, apontando-lhes os fundamentos de direito e de fato.

Questão 82

A faculdade conferida à Administração Pública de poder revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios ou por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial, relaciona-se ao princípio da

- a) legalidade.
- b) autotutela.
- c) finalidade.
- d) anterioridade.

Questão 83

Sobre o poder de polícia, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O poder de polícia que o Estado exerce pode incidir em duas áreas de atuação estatal: na administrativa e na judiciária.
- b) A principal diferença entre a polícia administrativa e a polícia judiciária consiste no fato de aquela atuar exclusivamente no plano repressivo, e esta, apenas e tão-somente no preventivo.
- c) A diferença entre a polícia administrativa e a polícia judiciária reside no fato de a primeira se reger pelo direito processual penal, incidindo sobre pessoas, enquanto a última é regida pelo direito administrativo, incidindo sobre bens, direitos ou atividades.
- d) Não existe diferença entre polícia administrativa e polícia judiciária, uma vez que ambas detêm o poder de polícia do Estado.

Questão 84

O ato administrativo pelo qual a Administração Pública revoga ato administrativo próprio tem natureza

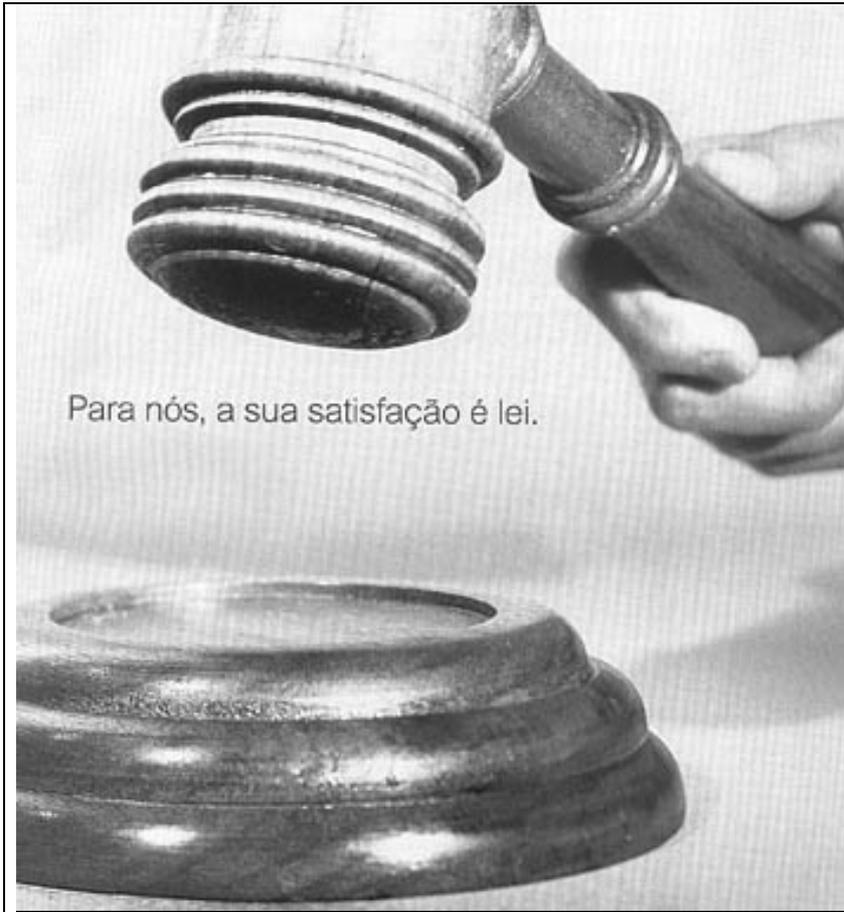
- a) declaratória.
- b) extintiva.
- c) constitutiva.
- d) anulatória.

Questão 85

Uma Resolução do secretário estadual da Saúde determinando a internação por quarenta dias de pessoas suspeitas de serem portadoras do vírus da SARS (síndrome respiratória aguda severa), responsável pela denominada “gripe asiática”, traz, intrinsecamente, o poder estatal

- a) de polícia.
- b) de hierarquia.
- c) disciplinar médico.
- d) regulamentar.

Questão 86



Para nós, a sua satisfação é lei.

Depósito Judicial é no Banco do Brasil. E caso encerrado.

Atender de forma ágil e diferenciada o Poder Judiciário. Para isso, o Banco do Brasil oferece serviços modernos e exclusivos, como a consulta via internet dos saldos e movimentações dos depósitos judiciais. Basta entrar no site bb.com.br. Mais ágil, mais transparente e mais seguro.



bb.com.br • BB Responde 0800 78 5678

REVISTA JURÍDICA CONSULEX. Brasília, 28 fev. 2003. [Adaptado].

A partir da leitura atenta do texto da propaganda, assinale a alternativa INCORRETA:

- A passagem “Mais ágil, mais transparente e mais seguro” é uma crítica à Justiça que, nem sempre, é ágil, transparente ou segura. E o termo *diferenciada*, em “Atender de forma ágil e diferenciada...”, sugere o privilégio de que desfruta o Poder Judiciário no atendimento do banco.
- A propaganda apresenta um campo lexical voltado para a linguagem jurídica, como comprovam as palavras “lei”, “depósito judicial”, “Poder Judiciário”. Esse fato leva a inferir que o termo *sua*, em “a sua satisfação”, refere-se a um tipo específico de cliente do banco.
- Há uma relação de sentido entre a linguagem visual do texto e a linguagem verbal, especialmente, no trecho “E caso encerrado.”
- Em “Para nós, a sua satisfação é lei”, a palavra *lei* apresenta-se com uma dupla função semântica. Ela serve para contextualizar o texto ao seu sentido jurídico e para referir-se, também, à “obrigação” que tem o banco de satisfazer o cliente nos casos de depósito judicial.

Leia atentamente o texto a seguir. As questões de 87 a 92 referem-se a ele.

A SÍNDROME DO URUBU

O aeroporto da cidade de Natal é o mais perigoso do Brasil. Em cada dez mil pousos e decolagens, há risco em potencial de três acidentes. A causa é conhecida: dois lixões, um na cabeceira da pista, outro no lado oposto. O lixo atrai urubus, que representam um enorme perigo na aviação. A colisão com a ave, num voo a 500 km/h, representa o impacto de toneladas. Derruba um avião. Todos sabem disso, mas a solução não vem.

Os responsáveis – ou irresponsáveis – pela área não resolvem. As autoridades que cuidam da proteção do voo precisaram ir à Justiça. E o processo – esse danado – se arrasta há quatro anos.

*Qual é a dificuldade para decidir? Quatro pessoas sensatas, reunidas durante 30 minutos em uma sala, seriam capazes de encontrar a solução de lógica e de Direito. Por que as duas partes, o Ministério Público e o juiz precisam de anos para resolver uma coisa óbvia? Ora, porque no meio está o processo! O povo resolveria com a **Lei do Bom Senso**. Os doutores têm que usar a **Lei Processual**. É esta que estabelece como deve andar (ou se arrastar) um processo literalmente ordinário. E a resposta não vem.*

Podemos rotular como síndrome do urubu o fenômeno que é a regra na Justiça brasileira. Tardar. Distribuir o pão quando o faminto morreu. Isso acontece rotineiramente, por exemplo, nas ações de indenização. Recentemente a Justiça em Brasília condenou a União a indenizar a família de um rapaz que foi morto por um policial federal. O processo levou dez anos. E, claro, não acabou. Foi apenas a sentença de primeira instância. Virão recursos. Mais dez anos. Depois o precatório. Outros dez... Quem é a pessoa de inteligência mediana que pode dizer que isso é justiça?

*Em uma causa contra o Poder Público, o brasileiro com mais de 50 anos seria aconselhado a não litigar. São ínfimas as probabilidades de ter o resultado em vida. Uma questão de terras também. Os tribunais estão cheios de processos que já chegaram à idade adulta. Até o resultado, morrerão as partes, morrerão os patronos, morrerá o direito. No caso do aeroporto de Natal, espera-se, no processo, que um novo acidente derrube outro avião e que inocentes morram às centenas. Então, ele avançará mais um pouco, na espera do sinistro seguinte. Não é exagero dizer que os processos se alimentam de morte. O diagnóstico está certo, porque pertinente: é a **síndrome do urubu**.*

ALVES, Léo da Silva. A síndrome do urubu. *Revista Jurídica Consulex*, Brasília, 30 nov. 2002. p. 6. Carta ao leitor.

Questão 87

O texto apresenta como tema central uma crítica

- à lentidão da Justiça brasileira que, submetida à Lei Processual, pode retardar a solução de processos, a ponto de colocar vidas em risco ou de chegar quando os interessados já não estão vivos.
- à inoperância das autoridades responsáveis pela segurança dos vôos no aeroporto de Natal, as quais se eximem da responsabilidade de buscar soluções para o problema do lixo na pista de voo.
- ao descaso da Justiça em solucionar processos relativos à higiene e à proteção dos aeroportos brasileiros.
- à indiferença da Justiça brasileira no atendimento ao cidadão em questões referentes a processos de indenização.

Questão 88

Assinale a alternativa CORRETA.

As afirmativas abaixo constituem argumentos usados pelo autor para sustentar seu ponto de vista sobre a idéia central apresentada no texto, EXCETO:

- “Recentemente a Justiça em Brasília condenou a União a indenizar a família de um rapaz que foi morto por um policial federal. O processo levou dez anos. E, claro, não acabou.”
- “O aeroporto da cidade de Natal é o mais perigoso do Brasil. Em cada dez mil pousos e decolagens, há risco em potencial de três acidentes.”
- “Em uma causa contra o Poder Público, o brasileiro com mais de 50 anos seria aconselhado a não litigar. São ínfimas as probabilidades de ter o resultado em vida.”
- “Os tribunais estão cheios de processos que já chegaram à idade adulta. Até o resultado, morrerão as partes, morrerão os patronos, morrerá o direito.”

Questão 89

*O povo resolveria com a **Lei do Bom Senso**. Os doutores têm que usar a **Lei Processual**.*

O enunciado acima tem vários implícitos. Assinale a alternativa que NÃO expressa uma idéia implícita nele:

- Em termos de solução de lógica e de Direito, o povo parece mais eficiente que os doutores para decidir o que é justo.
- A teoria da Justiça, se desvinculada da prática e do bom senso, pode constituir um empecilho para a própria prática da Justiça.
- A Lei do Bom Senso goza na sociedade do mesmo *status* da Lei Processual.
- No que concerne à aplicação da Justiça, *Lei do Bom Senso* e *Lei Processual*, que deveriam ser expressões sinônimas, na realidade, são antagônicas.

Questão 90

No caso do aeroporto de Natal, espera-se, no processo, que um novo acidente derrube outro avião e que inocentes morram às centenas. Então, ele avançará mais um pouco, na espera do sinistro seguinte. Não é exagero dizer que os processos se alimentam de morte. O diagnóstico está certo, porque pertinente: é a síndrome do urubu.

Com base no trecho acima, considere as seguintes proposições:

- Vinculado ao trecho transcrito, o título “A síndrome do urubu” assume um sentido metafórico, configurando, no interior do texto, um conjunto de sintomas mórbidos inerentes à Justiça brasileira.
- O trecho apresenta um exemplo de eufemismo, pois atenua o efeito da lentidão dos processos.
- O último parágrafo do trecho retoma o título do texto, porém, com um sentido oposto a ele, o que configura um caso de antítese.
- A ironia se faz presente no título e também em todo o texto, produzindo um efeito de duplo sentido, como é o caso da passagem “um processo literalmente ordinário”.

Assinale a alternativa CORRETA:

- As proposições I e IV são verdadeiras.
- As proposições I, II e IV são verdadeiras.
- As proposições I, III e IV são verdadeiras.
- As proposições II, III e IV são verdadeiras.

Questão 91

Isso acontece rotineiramente, por exemplo, nas ações de indenização. (4º parágrafo)

É CORRETO afirmar que a palavra *isso* refere-se

- ao período “distribuir o pão quando o faminto morreu”.
- à oração “distribuir o pão”.
- à expressão “nas ações de indenização”.
- aos três períodos anteriores.

Questão 92

Dos trechos abaixo, assinale a alternativa em que NÃO há uso de linguagem figurada:

- “O povo resolveria com a Lei do Bom Senso. Os doutores têm que usar a Lei Processual. É esta que estabelece como deve andar (ou se arrastar) um processo literalmente ordinário.”
- “A causa é conhecida: dois lixões, um na cabeceira da pista, outro no lado oposto. O lixo atrai urubus, que representam um enorme perigo na aviação.”
- “Os tribunais estão cheios de processos que já chegaram à idade adulta.”
- “Distribuir o pão quando o faminto morreu.”

O texto a seguir refere-se às questões de 93 a 99.

NASCER NO CAIRO, SER FÊMEA DE CUPIM

- 1º *Conhece o vocábulo escardingar? Qual o feminino de cupim? Qual o antônimo de póstumo? Como se chama o natural do Cairo?*
- 2º *O leitor que responder “não sei” a todas estas perguntas não passará provavelmente em nenhuma prova de Português de nenhum concurso oficial. Mas, se isso pode servir de algum consolo à sua ignorância, receberá um abraço de felicitações deste modesto cronista, seu semelhante e seu irmão.*
- 3º *Porque a verdade é que eu também não sei. Você dirá, meu caro professor de Português, que eu não deveria confessar isso; que é uma vergonha para mim, que vivo de escrever, não conhecer o meu instrumento de trabalho, que é a língua.*
- 4º *Concordo. Confesso que escrevo de palpite, como outras pessoas tocam piano de ouvido. De vez em quando um leitor culto se irrita comigo e me manda um recorte de crônica anotado, apontando erros de Português. Um deles chegou a me passar um telegrama, felicitando-me porque não encontrara, na minha crônica daquele dia, um só erro de Português; acrescentava que eu produzira uma “página de bom vernáculo, exemplar”. Tive vontade de responder: “Mera coincidência” – mas não o fiz para não entristecer o homem.*
- 5º *Espero que uma velhice tranqüila – no hospital ou na cadeia, com seus longos ócios – me permita um dia estudar com toda calma a nossa língua, e me penitenciar dos abusos que tenho praticado contra a sua pulcritude. (Sabem qual o superlativo de pulcro? Isto eu sei por acaso: pulquíssimo! Mas não é desanimador saber uma coisa dessas? Que me aconteceria se eu dissesse a uma bela dama: a senhora é pulquíssima? Eu poderia me queixar se o seu marido me descesse a mão?)*
- 6º *Alguém já me escreveu também – que eu sou um escoteiro ao contrário. “Cada dia você parece que tem de praticar a sua má ação – contra a língua.” Mas acho que isso é exagero.*
- 7º *Como também é exagero saber o que quer dizer escardingar. [...]*
- 8º *Vários problemas e algumas mulheres já me tiraram o sono, mas não o feminino de cupim. Morrirei sem saber isso. E o pior é que não quero saber; nego-me terminantemente a saber, e, se o senhor é um desses cavalheiros que sabem qual é o feminino de cupim, tenha a bondade de não me cumprimentar.*
- 9º *Por que exigir essas coisas dos candidatos aos nossos cargos públicos? Por que fazer do estudo da língua portuguesa uma série de alçapões e adivinhas, como essas histórias que uma pessoa conta para “pegar” as outras? O habitante do Cairo pode ser cairense, cairel, caireta, cairota ou cairiri – e a única utilidade de saber qual a palavra certa será para decifrar um problema de palavras cruzadas. Vocês não acham que nossos funcionários públicos já gastam uma parte excessiva do expediente matando palavras cruzadas da **Última Hora** ou lendo o horóscopo e as histórias em quadrinhos de **O Globo**?*
- 10º *No fundo o que esse tipo de gramático deseja é tornar a língua portuguesa odiosa; não alguma coisa através da qual as pessoas se entendam, mas um instrumento de suplício e de opressão que ele, gramático, aplica sobre nós, os ignaros.*
- 11º *Mas a mim é que não me escardinham assim, sem mais nem menos: não sou fêmea de cupim nem antônimo de póstumo nenhum; e sou cachoeirense, de Cachoeiro, honradamente – de Cachoeiro de Itapemirim!*

BRAGA, Rubem. *Ai de ti, Copacabana*. Rio de Janeiro: Record, 1998. p. 159-161.

Questão 93

Na passagem “Mas não é desanimador saber *uma coisa dessas*” (5º parágrafo), a expressão destacada refere-se

- ao superlativo de pulcro.
- ao sentido de pulcritude.
- à reação de um marido cuja esposa fosse chamada de pulquíssima.
- aos abusos praticados contra a pulcritude da língua.

Questão 94

Considere as proposições a seguir:

- I. O cronista, ao se apresentar ao leitor como “seu semelhante e seu irmão”, identifica-se com ele por não ter uma preocupação em saber questões muito específicas e supérfluas da Língua Portuguesa e critica as exigências de um conhecimento da língua que não tenha aplicação prática.
- II. A atitude rebelde do cronista, no que diz respeito à resistência ao domínio da língua, acaba por afetar-lhe o estilo, como se pode perceber pela leitura da crônica.
- III. Ao dizer que escreve “de palpite como outras pessoas tocam piano de ouvido”, o cronista quer dizer que escreve por intuição. Ele se vale desse argumento para justificar-se ante as cobranças que lhe são feitas em relação ao seu papel de escritor, que tem a língua como instrumento de trabalho e, por isso, deveria conhecê-la bem.
- IV. O cronista critica o fato de, em geral, as provas de Língua Portuguesa cobrarem, nos concursos públicos, questões tão irrelevantes que, no máximo, serviriam como armadilha para “derrubar” o candidato. Ele não descarta, no entanto, a necessidade da leitura.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) As proposições I, II e III são verdadeiras.
- b) As proposições I, II e IV são verdadeiras.
- c) As proposições I, III e IV são verdadeiras.
- d) Apenas as proposições I e IV são verdadeiras.

Questão 95

De acordo com os três últimos parágrafos do texto, é CORRETO afirmar:

- a) A língua portuguesa deve ser um veículo de entendimento entre as pessoas, não uma forma de fazê-las sofrer por desconhecer, por exemplo, o feminino de cupim ou o antônimo de póstumo.
- b) Os funcionários públicos não trabalham nunca, já que gastam o tempo fazendo palavras cruzadas e lendo horóscopos e histórias em quadrinhos.
- c) Os gramáticos usam a língua como um alçapão para “pegar” as pessoas ignorantes.
- d) Ao dizer que é cachoeirense, “honradamente, de Cachoeiro de Itapemerim”, o cronista demonstra uma atitude de ufanismo, já que, de certa forma, exalta a terra natal.

Questão 96

Considere o enunciado abaixo:

Alguém já me escreveu também – que eu sou um escoteiro ao contrário. “Cada dia você parece que tem de praticar a sua má ação – contra a língua.” Mas acho que isso é exagero. (6º parágrafo)

É CORRETO afirmar que “ser escoteiro ao contrário” significa

- a) ter a missão de, na condição de escritor, divulgar a Língua Portuguesa e todas as possibilidades de comunicação que ela oferece.
- b) não perder o sono com questões muito específicas da língua como, por exemplo, saber qual é o feminino de cupim.
- c) incorrer, em regra, naquilo que os gramáticos e críticos consideram mau uso da língua, ao produzir suas crônicas diárias.
- d) praticar a ação de produzir, por mera coincidência, em uma ou outra crônica, uma página exemplar do vernáculo.

Questão 97

Às vezes, o contexto em que se encontra uma determinada palavra num texto permite deduzir o seu significado. É o caso da palavra *pulcritude*.

Assinale a alternativa cuja palavra seja um sinónimo de *pulcritude*.

- a) bondade
- b) deselegância
- c) opressão
- d) formosura

Questão 98

Considere os seguintes enunciados:

1. *Você dirá, meu caro professor de Português, que eu não deveria confessar isso; que é uma vergonha para mim, que vivo de escrever, não conhecer o meu instrumento de trabalho, que é a língua.* (3º parágrafo)
2. *Tive vontade de responder: “Mera coincidência” – mas não o fiz para não entristecer o homem.* (4º parágrafo).

A propósito das relações discursivas que se estabelecem nos fragmentos transcritos e em todo o texto, é CORRETO afirmar:

- a) No fragmento 2, há um diálogo entre o cronista e um leitor culto. Por isso, tanto a voz do narrador quanto a de seu interlocutor aparecem em discurso direto.
- b) Há um contraste entre a voz do cronista, que aparece na modalidade padrão da língua, e a voz das personagens, que aparece na forma coloquial.
- c) O tom narrativo do texto justifica a grande recorrência do uso do discurso direto.
- d) No fragmento 1, há a presença do discurso indireto. Se a frase fosse transposta para o discurso direto, ficaria assim: *Você dirá, meu caro professor de Português: — Você não deve confessar isso; é uma vergonha para você, que vive de escrever, não conhecer o seu instrumento de trabalho, que é a língua.*

Questão 99

Assinale a alternativa em que o termo *que*, destacado nas sentenças, exerce a mesma função que em “Vocês não acham *que* nossos funcionários públicos já gastam uma parte excessiva do expediente....”

- a) “Se o senhor é um desses cavalheiros *que* sabem qual é o feminino de cupim, tenha a bondade de não me cumprimentar.”
- b) “*Que* me aconteceria se eu dissesse a uma bela dama: a senhora é pulquíssima.”
- c) “Como também é exagero saber o *que* quer dizer escardingar.”
- d) “Você dirá, meu caro professor de Português, *que* eu não deveria confessar isso.”

Espaço para rascunho

Questão 100

Leia a charge de Jorge Braga, publicada em *O Popular*, de 5 de junho de 2003.



Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O efeito irônico da charge acima se constrói pela integração entre a imagem e a linguagem verbal.
- b) O efeito de humor sarcástico se deve principalmente ao uso da primeira pessoa do plural, o que produz um efeito de aproximar e nivelar elementos que se supõe apresentarem valores antagônicos.
- c) Os sentidos implícitos ou subentendidos, compartilhados pelo autor e pelos leitores, são essenciais para que seja percebido o efeito de subversão de imagens que o texto provoca.
- d) O gráfico positivo da pesquisa, que se vê nas mãos do personagem central, tem função acessória no contexto da charge.

Espaço para rascunho

FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS

Questão	Alternativas			
1	a	b	c	d
2	a	b	c	d
3	a	b	c	d
4	a	b	c	d
5	a	b	c	d
6	a	b	c	d
7	a	b	c	d
8	a	b	c	d
9	a	b	c	d
10	a	b	c	d
11	a	b	c	d
12	a	b	c	d
13	a	b	c	d
14	a	b	c	d
15	a	b	c	d
16	a	b	c	d
17	a	b	c	d
18	a	b	c	d
19	a	b	c	d
20	a	b	c	d
21	a	b	c	d
22	a	b	c	d
23	a	b	c	d
24	a	b	c	d
25	a	b	c	d
26	a	b	c	d
27	a	b	c	d
28	a	b	c	d
29	a	b	c	d
30	a	b	c	d
31	a	b	c	d
32	a	b	c	d
33	a	b	c	d
34	a	b	c	d
35	a	b	c	d
36	a	b	c	d
37	a	b	c	d
38	a	b	c	d
39	a	b	c	d
40	a	b	c	d
41	a	b	c	d
42	a	b	c	d
43	a	b	c	d
44	a	b	c	d
45	a	b	c	d
46	a	b	c	d
47	a	b	c	d
48	a	b	c	d
49	a	b	c	d
50	a	b	c	d

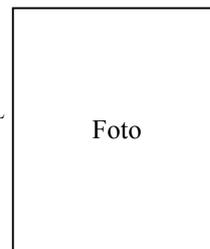
Questão	Alternativas			
51	a	b	c	d
52	a	b	c	d
53	a	b	c	d
54	a	b	c	d
55	a	b	c	d
59	a	b	c	d
57	a	b	c	d
58	a	b	c	d
59	a	b	c	d
60	a	b	c	d
61	a	b	c	d
62	a	b	c	d
63	a	b	c	d
64	a	b	c	d
65	a	b	c	d
66	a	b	c	d
67	a	b	c	d
68	a	b	c	d
69	a	b	c	d
70	a	b	c	d
71	a	b	c	d
72	a	b	c	d
73	a	b	c	d
74	a	b	c	d
75	a	b	c	d
76	a	b	c	d
77	a	b	c	d
78	a	b	c	d
79	a	b	c	d
80	a	b	c	d
81	a	b	c	d
82	a	b	c	d
83	a	b	c	d
84	a	b	c	d
85	a	b	c	d
86	a	b	c	d
87	a	b	c	d
88	a	b	c	d
89	a	b	c	d
90	a	b	c	d
91	a	b	c	d
92	a	b	c	d
93	a	b	c	d
94	a	b	c	d
95	a	b	c	d
96	a	b	c	d
97	a	b	c	d
98	a	b	c	d
99	a	b	c	d
100	a	b	c	d



Governo de Goiás

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA - DIRETORIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL
CENTRO DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL - COMISSÃO DE SINDICÂNCIA
FORMULÁRIO DE SINDICÂNCIA DA VIDA PROGRESSA E INVESTIGAÇÃO SOCIAL

ESTE FORMULÁRIO DEVERÁ SER DIGITADO



Foto

Inscrição nº

--	--	--	--	--	--

Dados pessoais:

Nome: _____
 Filiação: Pai: _____
 Mãe: _____
 Naturalidade: _____ Estado: _____
 Data de nascimento: _____ Estado civil: _____
 R.G.: _____ Órgão Expedidor: _____ UF: _____ Data Exp.: _____
 CPF: _____ Tit. Eleitor: _____ Zona: _____ Seção: _____
 Reservista: _____ CNH: _____ Categoria: _____

Referências pessoais (sem vínculo de parentesco):

Nome: _____
 Endereço: _____ Fone: _____
 Nome: _____
 Endereço: _____ Fone: _____

Referências comerciais:

Empresa: _____
 Endereço: _____ Fone: _____
 Empresa: _____
 Endereço: _____ Fone: _____

Referências bancárias:

Banco: _____ Agência: _____ Conta: _____
 Banco: _____ Agência: _____ Conta: _____

Faculdade onde se formou: _____
 Cidade: _____ UF: _____ Ano: _____

Endereço onde residiu nos últimos 10 anos:

Rua/Av.: _____
 Bairro: _____ Qd: _____ Lt: _____ Nº.: _____
 Complemento: _____ CEP: _____
 Cidade: _____ UF: _____

Endereço atual:

Rua/Av.: _____
 Bairro: _____ Qd: _____ Lt: _____ Nº.: _____
 Complemento: _____ CEP: _____
 Cidade: _____ UF: _____

Últimos empregos:

Empresa: _____ Endereço: _____ Fone: _____
 Empresa: _____ Endereço: _____ Fone: _____

Emprego atual:

Empresa: _____ Endereço: _____ Fone: _____

_____, ____ de _____ de 2003

Assinatura do Candidato

Obs.: Os documentos a serem anexados a este formulário são os listados nos itens 10.6 e 10.6.1 do Edital.
 Todos os documentos deverão ser entregues em apenas 1 (um) envelope, com o nome, o número da inscrição do candidato e o número do documento de identidade.